

## A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO SOCIAL PARA A FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

CASSIANO DE ANDRADE FERREIRA

Universidade federal de Lavras, Brasil  
[cassianoferreira99@hotmail.com](mailto:cassianoferreira99@hotmail.com)

EDUARDO GOMES CARVALHO

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais / Universidade federal de Lavras, Brasil  
[eduardo@varginha.cefetmg.br](mailto:eduardo@varginha.cefetmg.br)

RODRIGO MARÇAL GANDIA

Universidade federal de Lavras, Brasil  
[romgandia@gmail.com](mailto:romgandia@gmail.com)

JOEL YUTAKA SUGANO

Universidade federal de Lavras, Brasil  
[joel.sugano@dae.ufla.br](mailto:joel.sugano@dae.ufla.br)

### RESUMO

O presente trabalho foi organizado na forma de ensaio teórico e tem o intuito de trazer conceitos que giram em torno da gestão pública, da economia solidária, da gestão participativa, da gestão social e da promoção do bem comum como aspectos que contribuem para a satisfação, bem estar e, conseqüente, felicidade de uma população. O alicerce deste trabalho será o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), um indicador utilizado em um país asiático para medir o nível de desenvolvimento e satisfação de sua população. Os princípios de gestão, as políticas públicas e o comportamento dos cidadãos propostos pelo FIB são condizentes para a disseminação de práticas de gestão social, de economia solidária e de um processo participativo e dialógico nas decisões políticas de uma nação. A lógica deste apontador está voltada para o atendimento do bem comum e para aspectos sociais da gestão. Vale ressaltar que o aspecto econômico é historicamente importante na medição do desenvolvimento e prosperidade de um país e não é ignorado pelo FIB. No entanto, o sistema capitalista é ainda forte e suas práticas são legitimadas pela maioria das nações na esfera mundial. Logo, a adesão ao FIB como um indicador de desenvolvimento ainda é algo distante da realidade mundial, apesar de se reconhecer sua importância e o apelo social que ele traz consigo.

**Palavras-chave:** *Gestão Pública; Gestão Social; Felicidade Interna Bruta; Bem Comum.*

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi organizado na forma de ensaio teórico e tem o intuito de trazer conceitos que giram em torno da gestão pública, da economia solidária, da gestão participativa, da gestão social e da promoção do bem comum como aspectos que contribuem para a satisfação, bem estar e, conseqüente, felicidade de uma população.

O alicerce deste trabalho será o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), um indicador utilizado em um país asiático para medir o nível de desenvolvimento e satisfação de sua população. Este indicador é bastante abrangente e está diretamente ligado aos aspectos da administração pública supracitados.

O dicionário Michaelis (2014) define gestão como a administração, direção de um negócio alheio, o ato de gerir sem a necessidade de uma procuração para tanto. A gestão pública difere deste conceito ao tratar da administração da *coisa pública ou res publica* por meio de gestores eleitos democraticamente com a missão de promover o bem comum, orientados pelo interesse público.

A boa governança é um dos nove pilares utilizados pelo FIB para medir o índice de felicidade e desenvolvimento de uma sociedade. Este pilar, no entanto, é mais abrangente que a gestão de recursos públicos. Boa governança é a busca pela eficiência, integridade e transparência. Trata-se de um sistema governamental que luta pela felicidade e bem estar da população. Neste sentido, a participação popular na vida política de uma sociedade é condição *sine qua non* para se atingir este modelo bem sucedido de gestão pública (Faris, 2004).

Neste sentido, o artigo traz, de forma abrangente e genérica, o seguinte questionamento: como os princípios de gestão adotados pelo FIB, em seus nove pilares, estão relacionados com a gestão pública e a gestão social, mesmo que indiretamente?

Este artigo foi dividido em quatro sessões. A introdução veio dar um panorama geral sobre os conceitos que serão abordados e enfatizar a natureza teórica que assume este constructo. Posteriormente, será apresentado o referencial teórico que foi dividido em dois sub tópicos: Gestão Social e Felicidade Interna Bruta. Em seguida, serão trazidas considerações feitas pelos autores diante da análise conceitual apresentada e, por fim, as conclusões do trabalho.

## GESTÃO SOCIAL

Uma vez que a administração de empresas se tornou referência no conhecimento administrativo, a administração pública se fez seguidora de seus princípios e recomendações (PAES DE PAULA, 2005). Quando a gestão pública vira seu foco para o alcance de resultados, por vezes ela se descaracteriza no que tange ao seu caráter social e humanitário. Esse tipo de gestão ficou conhecida na década de 1970 por administração pública gerencial (PAES DE PAULA, 2005).

Com o passar dos anos o conceito de público tomou novas formas, deixou de ser estatal, como era observado nos regimes autoritários, e passou a ser dividido em estatal e não-estatal, em uma abordagem trazida por Bresser Pereira. Logo, ficou evidente que a sociedade também é responsável pelos bens públicos e pela garantia do bem comum (KEINERT, 2007).

Neste contexto emerge o conceito de Gestão Social. De acordo com França Filho (2008), Gestão social é um termo auto-explicativo, que é claro por si só. É um ideal de gestão que não está orientado pela lógica econômica, mas para as causas sociais e o bem comum. A ideia de gestão social diz respeito à gestão de demandas populares. Desta maneira, o termo gestão social acaba se confundindo constantemente com a própria gestão pública (FRANÇA FILHO, 2008).

Cançado, Pereira & Tenório (2013), afirmam que os fundamentos teóricos da gestão social, apesar de ainda não terem estabelecido um paradigma, já representam uma “anomalia” kuhniana ao paradigma da gestão estratégica. Os autores ainda se referem à gestão social tupiniquim como um campo de pesquisa e práticas em desenvolvimento e bastante promissor (CANÇADO, PEREIRA & TENORIO, 2013).

Sob essa ótica, gestão social deve ser entendida como uma gestão dialógica na qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. Isso significaria direitos equitativos de manifestação sem qualquer tipo de coerção (TENÓRIO, 2005).

Fundamentado em Habermas (2003), Tenório (1998) inferiu que a gestão social deve ser capaz de converter fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas. Trata-se de uma gestão dialógica onde as estruturas e avaliações técnicas especializadas devem ser direcionadas ao atendimento do bem comum. Mais que isso, a esfera pública deve estar munida de informação de qualidade para defender os interesses populares.

Fundamentado em Habermas Tenório (1998) tratou das relações entre os pares *sociedade-estado* e *sociedade-mercado* para explicar os conceitos de cidadania deliberativa e de gestão social, a partir das quais as políticas públicas deveriam ser construídas democraticamente. *Cidadania deliberativa* se caracteriza pela legitimação de decisões políticas inclusivas, pluralistas, democráticas e voltadas para o atendimento do bem comum (TENÓRIO, 2005).

Segundo Habermas (2003) a política deliberativa é um jogo que envolve a formação democrática da vontade e a formação informal de opinião. Está resguardado por um consenso privado exercido por vias culturais, onde, por mais que o posicionamento do povo possa sofrer influências, as opiniões não podem ser coagidas ou compradas por nenhuma das partes (HABERMAS, 2003).

Habermas (2003) é categórico ao afirmar que, se o sistema administrativo decisório se torna independente, não existe integração social e o direito de participação perde sua legitimidade. Neste cenário, o sistema político deliberativo se descaracteriza e está fadado ao fracasso.

Por outro lado, a gestão social está pautada em alguns dos princípios trazidos por Guerreiro Ramos, em seu conceito de racionalidade substantiva. A racionalidade substantiva transcende a relação entre razão e cálculo. Utiliza do debate racional e do julgamento ético-valorativo das ações. O indivíduo conduz suas ações buscando a auto-realização e respeita o direito dos outros indivíduos de também o fazer. Algo muito diferente, se não o oposto, da racionalidade instrumental, que está focada no atendimento do interesse individual, seguido pela lógica econômica, voltada para a produção, a razão e o cálculo utilitário (RAMOS, 1981).

Neste sentido, a racionalidade substantiva assume o papel de aliada ao conceito de gestão social, uma vez que fomenta o julgamento ético-valorativo nas ações dos indivíduos e que respeita a busca do próximo pela melhoria da sua qualidade de vida. Ela contribui para o alcance do bem comum em oposição à lógica econômica de gestão, onde a razão e o cálculo utilitário aparecem sempre como prioridade.

Ainda nessa lógica de gestão voltada para os interesses e necessidades populares, é importante falar de economia solidaria, que segundo o ATLAS da economia Solidária no Brasil (2005, p. 7):

tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

A economia solidária surgiu como uma alternativa para os excluídos. Trata-se de um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, de uma alternativa de corte do sistema neoliberal e do próprio capitalismo. Outra característica marcante que ela traz consigo é a mudança nas relações de trabalho (CRUZ & DOS SANTOS, 2010). A economia solidária emerge frente à grande crise (1981/83) de desemprego e exclusão social (MAZZEI & CRUBELLATE, 2007, SINGER, 2003).

A economia solidária se apresenta como alternativa de renda e sustento para ex-funcionários de empresas falidas, ou de empresas que entraram em concordata, que tem a oportunidade de recuperar essas organizações (SINGER, 2002, p. 4):

A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual, cada um com direito a um voto, empenhados solidariamente em transformar um patrimônio sucateado num novo empreendimento solvável.

Foram colocadas nesta seção as análises de diferentes autores a respeito da gestão social, processo deliberativo, participativo e dialógico pautados no atendimento dos interesses de demandas populares e buscando o alcance do bem comum.

Uma vez fundamentados os aspectos de gestão que são a estrutura do que se pretende desenvolver neste constructo, a próxima sessão será dedicada à apresentação, contextualização e a mostra dos objetivos que podem ser alcançados com a implantação de políticas públicas abrangentes e voltadas para os aspectos sociais de gestão. Falar-se-á do apontador de Felicidade Interna Bruta (FIB) e de seus princípios de execução.

## **O FIB COMO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO E SATISFAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO**

O FIB nasceu em um país asiático, localizado ao Sul do continente e ao extremo norte dos himalaia, denominado Butão. O reino do Butão faz fronteira ao norte com a china e ao sul, leste e oeste com a Índia. Está localizado nas proximidades do Nepal.

O conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) ou Gross National Happiness (GNH) foi criado em analogia ao indicador econômico (PIB), no entanto, diferentemente do PIB, o indicador FIB apresenta um caráter social e está muito mais ligado ao estado de plenitude e bem estar das pessoas do que na medição da condição econômica de um país.

Com o mesmo intuito de identificar as limitações do PIB como indicador de desenvolvimento de um país, o americano Joseph Stiglitz foi convidado em 2009 por Nicolas Sarkozy, presidente da França na ocasião, para chefiar uma equipe de 14 especialistas, sendo 5 deles ganhadores de prêmio Nobel. Juntos eles chegaram a conclusão de que um indicador



estritamente econômico não reflete, por si só, a realidade de uma população. Um indicador abrangente e completo deveria mensurar também a medição do progresso social da nação.

Essa união juntou premissas em um documento conhecido como “O Relatório de Stiglitz”. De acordo com essa corrente um indicador abrangente deveria considerar em sua análise a produção de bem estar, não apenas de bens econômicos.

Ao avaliar o bem-estar material, deve-se olhar para a renda e o consumo, em vez de olhar para a produção. As tendências nos padrões de vida material dos cidadãos são melhor acompanhadas através de medidas de rendimento do agregado familiar e do seu consumo. A renda e o consumo devem ser avaliados junto a riqueza, uma vez que uma família que gasta parte da sua riqueza em bens de consumo, hoje, aumenta o seu bem-estar, mas compromete o futuro de suas finanças. A renda e o consumo devem ser bem divididos entre a população. Por fim, no ponto em que essa análise mais se parece com o FIB, os especialistas afirmam que o bem estar é multidimensional e está ligado a padrão de vida material, saúde, educação, atividades pessoais, política e governança, relacionamentos e vida social, meio ambiente e a segurança do indivíduo, física e econômica (STIGLITZ-SEN-FITOUSSI, 2009).

Apesar de os modelos tradicionais de medição do desenvolvimento de uma população estarem fundamentados na lógica do crescimento econômico, o FIB está pautado no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana se dá quando o desenvolvimento espiritual e o material acontecem lado a lado. O objetivo primordial é que um suporte o outro (CANTINHO VIRTUAL, 2008).

O termo FIB foi difundido em 1972, no Butão. Seu idealizador foi Jigme Singye Wangchuck, rei do Butão naquela época. A criação desse conceito tem origem nas duras críticas que ele vinha recebendo com relação ao baixo crescimento da economia do país. Jigme ignorava tais considerações e ratificava que o seu povo era budista, que valorizava a espiritualidade, a cultura local, logo, a economia do país deveria ser adaptada a essa realidade (CANTINHO VIRTUAL, 2008).

Os princípios do FIB são quatro: desenvolvimento sustentável; preservação e promoção dos valores culturais; preservação do ambiente; e o estabelecimento de um bom governo de forma democrática. Logo, os planos político-governamentais são seguidores desta filosofia (GNH CENTRE, 2013).

O FIB nasceu com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e mede o progresso de uma população a partir de nove dimensões, baseados nos quatro princípios supracitados: padrão de vida; educação; saúde; boa governança; diversidade cultural; vitalidade comunitária; resiliência ecológica; uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico e espiritual (SALES, FERREIRA, VERONEZE, REZENDE, COSTA & SETTE, 2012).

De acordo com Ito, Marchiori, Perissinotto, Mendes e Ariyoshi (2014), após anos de pesquisa o “*The Centre for Bhutan Studies*” conseguiu aglomerar as mais de 1000 variáveis iniciais nas nove dimensões citadas no parágrafo anterior e esses domínios foram divididos em 33 indicadores, que se desdobraram em 124 variáveis utilizadas nos cálculos de suficiência em felicidade.

Dos 33 indicadores, 8 são subjetivos (Ex. atribuir uma nota, dentro da faixa fornecida, para seu grau de satisfação em relação às suas atuais condições de vida). Esses possuem peso menor devido ao fato de estarem relacionados ao alto grau de imprecisão e ao fato de

dependem da condição emocional do indivíduo. Os outros 25 são objetivos (Ex. perguntas sobre o número médio de horas de sono, ou então o número de horas de trabalho que compõem o dia-a-dia da pessoa entrevistada) (ITO *et. al.*, 2014).

Na sequência uma tabela extraída de Ito *et. al.* (2014, p.3) para entendimento do cálculo dos indicadores:

**Tabela 1:** Pesos de cada indicador do FIB butanês.

Domínio	Indicadores	Peso	Domínio	Indicadores	Peso
Bem-estar psicológico	Satisfação com a vida	33%	Uso do tempo	Horas de trabalho	50%
	Emoções positivas	17%		Horas de sono/lazer	50%
	Emoções negativas	17%	Governo	Participação política	40%
	Espiritualidade	33%		Liberdade política	10%
Saúde	Autoavaliação de saúde	10%		Serviços públicos	40%
	Saúde diária	30%	Desempenho do governo	10%	
	Desabilitação	30%	Apoio à comunidade	30%	
	Saúde mental	30%	Relação com a comunidade	20%	
Educação	Alfabetização	30%	Vitalidade da comunidade	Família	20%
	Formação educacional	30%		Criminalidade	30%
	Conhecimentos gerais	20%		Ecologia	Poluição
	Valores morais	20%	Responsabilidade ambiental		10%
Cultura	Linguagem	20%	Vida selvagem/Agricultura		10%
	Habilidades artesanais	30%	Questões Urbanas	40%	
	Participação sócio-cultural	30%	Padrão de vida	Renda Familiar	33%
	Comportamento em público	20%		Bens	33%
		Qualidade de habitação		33%	

\* Ito *et. al.* (2014, p.3).

Ao se observar as nove dimensões de sustentação deste indicador pode-se perceber sua amplitude e semelhança, em vários aspectos, com os princípios de gestão social, economia solidária, gestão participativa e atendimento do bem comum. Principalmente, nos aspectos que dizem respeito à boa governança e à vitalidade comunitária.

Falar-se-á agora das características específicas de cada uma dessas nove dimensões:

1) Boa Governança: em primeiro lugar serão colocados os aspectos que dizem respeito à boa governança, por esta estar ligada mais diretamente ao objeto de estudo deste trabalho. Para Parker (2008) não é possível alcançar progressos governamentais significativos sem a participação ativa da população na vida política do país. A democratização da tomada de decisão, a descentralização de poder e a participação popular são fundamentais para o desenvolvimento de uma gestão pública efetiva.

Seguindo os princípios do FIB, a boa governança seria garantida quando fosse assegurada a benevolência dos governantes, diante da fiscalização e participação ativa da população na vida pública do país. Seria dar acesso igualitário aos bens e serviços públicos a todos os cidadãos (SALES *et. al.*, 2012).

2) Vitalidade Comunitária: O que se pode inferir a partir do FIB é que uma sociedade que se ajuda, que pratica os princípios da economia solidária e da gestão social é uma sociedade que fomenta o bem comum e cria condições equitativas para que os cidadãos busquem melhorias na qualidade de vida. Uma vez disseminados o espírito de cooperação, o altruísmo e a solidariedade, a pobreza e a marginalidade são erradicadas e as pessoas vivem mais felizes (ARRUDA, 2008).

Os demais pilares serão abordados de maneira mais breve, uma vez que eles não têm a mesma importância para o desenvolvimento deste constructo como os dois primeiros.

3) Saúde: sob a perspectiva do FIB todos os indivíduos deveriam ter acesso a saúde de qualidade. A medicina preventiva tem papel preponderante neste cenário, juntamente ao princípio da autogestão, que define que cada indivíduo deve se preocupar com a sua saúde (ARRUDA, 2009).

4) Educação: sob o ponto de vista de Tideman (2004) a educação é o pilar mais importante de acordo com as premissas do FIB. Ela é a mais importante porque o autor acredita que é através da educação que se garante o atendimento dos princípios trazidos nas outras dimensões. Um país onde a educação não é equitativa será sempre um país desigual, uma vez que a ignorância garante a submissão do homem ao homem. Não se pode pensar em FIB sem antes garantir uma educação de qualidade à toda população (SALES, *et. al.*, 2012).

5) Resiliência ecológica: significa a recuperação de um sistema ecológico frente à um desequilíbrio (GUNDERSOM, 2000). É importante porque garante a vitalidade da natureza, que é à base do sustento dos seres humanos. Logo, ela assegura a longevidade do sentimento de felicidade, já que ela dá uma espécie de sobrevida às gerações futuras, que possuem grau de parentesco com a população atual (SALES, *et. al.*, 2012).

6) Diversidade Cultural: Sales *et. al.* (2012) afirma que, segundo as premissas do FIB, a diversidade cultural significa o respeito mútuo entre indivíduos com culturas diferentes. Não se pode garantir a gestão participativa, o processo dialógico de administração pública ou os princípios da gestão social e economia solidária se os indivíduos de uma sociedade não sabem lidar com as suas diferenças.

7) Bem estar psicológico e espiritual: de acordo com Arruda (2008, p. 7), citado por Sales *et. al.* (2012):

O bem estar psíquico e espiritual consiste em vivenciar encontros reciprocamente gratificantes entre pessoas, ter o sentido de comunhão com os outros e com o meio natural, o sentido de pertencimento, o acesso à tradição e à integridade cultural.

Praticar o bem ao próximo levanta a autoestima e traz o sentimento de utilidade ao indivíduo, o que proporciona bem estar e a paz de espírito (SALES *et. al.*, 2012).

8) Uso equilibrado do Tempo: o tempo deve ser, cuidadosamente, ponderado entre o trabalho, o estudo, o sono, o lazer, a família e a religião, para que ele possa gerar a sensação de plenitude e, em concomitante, de felicidade ao indivíduo. O FIB traz a importância desse equilíbrio para se atingir a felicidade.

9) Padrão de vida: essa dimensão está relacionada ao atendimento das necessidades e interesses materiais e à economia real. Sob a perspectiva do FIB, toda a população deve ter um padrão de vida digno (ARRUDA, 2009). Esse aspecto deve ser garantido através das políticas públicas voltadas ao atendimento do bem comum.

## A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO SOCIAL PARA O FORTALECIMENTO DO FIB

Depois da descrição e análise dos nove pilares que sustentam o FIB na sua aplicação cotidiana, pode-se inferir que este indicador está voltado para o atendimento do bem comum

através da participação ativa do povo na vida política de seu país e das contribuições dos indivíduos para a vida em sociedade.

No quadro a seguir pode-se observar as semelhanças entre os quatro pilares que sustentam o FIB, em suas nove dimensões, e alguns dos princípios da gestão social:

**Tabela 2:** Comparativo de princípios da gestão social X princípios do FIB

<b>Princípios da Gestão Social</b>	<b>Princípios do FIB</b>
<b>Economia Solidária</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável</b>
<b>Gestão Dialógica e Participativa</b>	<b>Governo Democrático</b>
<b>Vitalidade Comunitária</b>	<b>Promoção dos Valores Culturais</b>
<b>Comportamento Ético</b>	<b>Cuidado com o Meio Ambiente</b>

\*Elaborado pelos autores.

Acredita-se que, mais do que um apontador, o FIB seja responsável por formar valores e desenvolver a cultura cooperativa entre as pessoas. Trata-se de uma lógica substantiva de se comportar e de se relacionar com o próximo. A prática de ações voltadas para o atendimento de necessidades e interesses comuns gera um sentimento de reciprocidade nos cidadãos, que tendem a multiplicar “o bem” recebido para outras pessoas.

É importante ponderar que o FIB foi implantado em um país de origem religiosa budista, para um povo que vê o aspecto espiritual como algo importante para o alcance da plenitude e da paz interior e em um país que não é significativamente influenciado pela lógica capitalista. Trata-se de uma nação oriental, cercada por outras nações de origem socialista e um local onde as práticas capitalistas não possuem a mesma força de influência que se pode observar nos países ocidentais ou nos países seguidores da cultura americana de produção, de geração de lucro, onde prevalece a cultura do “*time is money*”.

Algumas iniciativas e projetos de implantação do FIB já foram observados em outros países e, inclusive, no Brasil. O Canadá, por exemplo, começou a reunir correntes de pessoas seguidoras das premissas do FIB e no Brasil algumas cidades do estado de São Paulo (Campinas, Angatuba e Itapetininga) e instituições do terceiro setor demonstram projetos de implantação gradativa deste indicador. Uma versão empresarial adaptada do FIB também já foi aplicada na Natura e na CEMIG. No entanto, nenhuma delas apresentou, até o presente momento, uma estrutura sólida ou aplicação prática do FIB como se observa no Butão.

A fundadora e organizadora do conceito FIB no Brasil é Susan Andrews, que foi influenciada após participar de conferências internacionais sobre o tema. Ela tem planos de execução do FIB nas cidades de São Paulo, Brasília, Goiânia e acredita que futuramente o FIB estará espalhado por todas as regiões do país.

No entanto, no Brasil as práticas da gestão social constituem um grande potencial de contribuição para o fortalecimento e reconhecimento do FIB ao difundirem a racionalidade substantiva e comunicativa. Segundo Tenório (2005) a racionalidade substantiva está fundamentada na interação social mediada por valores socioculturais construídos no âmbito da realidade do mundo organizacional, que estimula a capacidade cognitiva dos indivíduos no sentido de alcançar a emancipação social. Por outro lado, a racionalidade comunicativa promove a mediação entre teoria e prática por meio do diálogo entre os agentes do processo



decisório, fundamentado na linguagem como um meio para se chegar a um consenso, em que os participantes defendem suas razões com base no melhor argumento, comprometidos com a busca da verdade, da justiça e da autenticidade (TENÓRIO, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação das práticas de gestão social, economia solidária e de um processo participativo e dialógico na vida política de uma nação podem contribuir para a realização do FIB e para o aumento da felicidade da população que segue este apontador, uma vez que a lógica do mesmo está voltada para o atendimento do bem comum e para aspectos sociais de gestão.

Apesar disso, deve-se reconhecer que a implantação de um programa de gestão abrangente como o FIB é algo complexo, que leva um período de tempo considerável e que precisa ser conduzido gradativamente, de acordo com a organização e participação da sociedade nos processos decisórios relacionados à *coisa pública*.

Por fim, vale ressaltar que o aspecto econômico é historicamente importante na medição do desenvolvimento e prosperidade de um país, mas o FIB é um apontador que poderá contribuir para uma grande transformação social. O capitalismo é um sistema ainda forte e suas práticas são legitimadas pela maioria das nações na esfera mundial. Logo, a adesão do FIB como indicador de desenvolvimento ainda é algo distante da realidade mundial, apesar de se reconhecer sua importância e o apelo social que ele traz consigo. No entanto, a esperança de adotá-lo no Brasil se fortalece com as práticas de gestão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, M. **Lucrar sem produzir: Crise financeira como oportunidade de criar uma economia social solidária**. Fundação Lauro Campos, Rio de Janeiro, 25 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/743-lucrar-sem-produzir-crise-financeira-como-oportunidade-de-criar-uma-economia-mundial-solidaria>>. Acesso 28 de Abril de 2011.

ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB**, Cooperadamente, Mogi das Cruzes, 13 Abr. 2009. Disponível em: <<http://cooperadamente.blogspot.com.br/2009/04/fib-qualquer-semelhanca-com-prout-e.html>>. Acesso 27 de Novembro de 2014.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2005. Brasília: MTE, SENAES.

CANÇADO, Airton C.; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba, CRV, 2013. 216p.

CANTINHO VIRTUAL. - Disponível na internet via WWW.URL: <<http://cantinhovirtual.blogspot.com.br/2008/08/o-que-fib.html>>. Acessado em 03 de Dezembro de 2014.

CRUZ, Zuleica Gomes; DOS SANTOS, Luis Miguel Luzio (2010). Economia solidária em Londrina: potencialidades e desafios. **ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA ASPECTOS CONCEITUAIS EA EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL**, p. 137.

DURKHEIM, E. (1892). **The Rules of Sociological Method**. p. 60-81.

FARIS, C. B. – Information and Communications Technology and Gross National Happiness: who serves whom? 2004.



FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho (2008). Definindo gestão social. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária**, p. 27-37.

GNH CENTRE, 2013. A development path with values. Disponível em: <[http://www.gnhbhutan.org/about/a\\_development\\_path\\_with\\_values.aspx](http://www.gnhbhutan.org/about/a_development_path_with_values.aspx)>. Acesso em: 17 de dez 2014.

GUNDERSON, L.H. (2000). Ecological resilience - in theory and application. **Annual Review of Ecology and Systematics**. p. 425-439.

HABERMAS, J. (2003). **Direito e democracia: entre facticidade e validade (vol.II, 2ed.)**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 354p.

ITO, A. A.; MARCHIORI, R.H.; PERISSINOTTO, R. M.; MENDES, V. T. U.; ARIYOSHI, D. G. D. (2014). O Índice “Felicidade Interna Bruta” eo Ambiente Universitário Brasileiro. **Revista Ciências do Ambiente On-Line**, v. 10, n. 1.

KEINERT, Tânia M. M. (2007). **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2007. 224p.

MAZZEI, B. B.; CRUBELLATE, J. M. Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários: Um Estudo Comparativo de Casos em Cooperativas de Reciclagem de Lixo de Maringá- PR. In: **EnANPAD - Encontro da ANPAD, 2007, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2007.

MICHAELIS [Online] Disponível na internet via WWW.URL: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=gest%E3o>. Acessado em 22 de setembro de 2013.

PAES DE PAULA, Ana Paula. (2005). **Por uma Nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro, Ed. FGV. 204p.

PARKER, E. Lessons in Gross National Happiness. **The wall street journal**, 2008. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB122722856525546347.html>>. Acesso em 11/01/2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. (1981). **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 210p.

SALES, A. P. ; FERREIRA, C.de.A. ; VERONEZE, R.B. ; REZENDE, L.T. ; COSTA, A.P. ; SETTE, R.S. Felicidade Interna Bruta: um estudo na cidade de Lavras-MG. In: XXXVI EnANPAD, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XXXVI EnANPAD, 2012.

SINGER, Paul. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 81-129.

SINGER, P. (2003). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 11-28.

STIGLITZ-SEN-FITOUSSI. (2009). **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, Paris (Fr). Disponível em: <<http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>>.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; DA SILVA, Antonio Cláudio Lima. (1998). **Gestão social: metodologia e casos**. FGV Editora.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (2005). (Re) Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TIDEMAN, S. G. **Gross National Happiness: Towards a New Paradigm in Economics**, 2004. Disponível em: <<http://www.yweo.bt/gnh/first/13.pdf>>. Acesso 20 de Abril 2012.